

## **ATA DA 10ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2009.**

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e nove, às nove horas, realizou-se a Décima Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no Auditório da Prodesan sito à Pça. Dos Expedicionários nº 10, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 9ª. Reunião Ordinária; 2 – Apresentação do Diagnóstico Preliminar de Áreas Verdes na Área Insular do Município de Santos – Propostas para o Plano Diretor de Santos/2009 – pela UNISANTA; 3 – Comunicados da Secretaria; 4- Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SEDUC, SEMES, DEPLA, SGO, DEPARTAMENTO DE REVITALIZAÇÃO URBANA, UNILUS, UNISANTOS, UNIMES, CIESP, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, CREA, ABES, OAB, e apresentaram justificativa de ausência: DEDEC, DEOP, SECULT, SEAJUR, UNIMONTE, SOROPTIMIST INTERNACIONAL SANTOS/PRAIA, SOROPTIMIST INTERNACIONAL DE SANTOS. O Presidente iniciou a reunião, cumprimentando todos os conselheiros, leu a convocação e fez um breve relato da ata da reunião anterior e citou a retificação solicitada pelo conselheiro Marco Antonio, da Setur. Em seguida colocou-a em votação e foi aprovada por unanimidade. Passando ao segundo item da pauta, chamou a Engª. Alexandra, Professora da Unisanta, que passou a apresentar o Diagnóstico Preliminar de Áreas Verdes na Área Insular no Município de Santos. A palestrante comentou que foi um trabalho realizado por um grupo de professores daquela Universidade, que se baseou nos dados já existentes em seu Banco de Dados e que teve como objetivo principal, contribuir com o Plano Diretor que vem sendo amplamente discutido no CMDU. Todo o trabalho teve como premissa o índices de áreas verdes, pois com os índices de cobertura vegetal não houve tempo hábil para serem analisados. Citou que a Sociedade Brasileira de Arborização propõe como índice mínimo, quinze metros quadrados de áreas verdes, por habitante. Explicou a metodologia aplicada com relação aos cálculos de áreas verdes, onde consideraram apenas as áreas onde não há cobertura do solo e a vegetação predomina. Apresentou alguns mapas na seguinte sequência: o primeiro - da Base de Dados Santos Digital e Instituto Florestal do Estado de São Paulo, integrados, que foi ponto de partida do trabalho; segundo - destacando as áreas verdes por bairro – em quilômetro quadrado, o grupo achou prudente trabalhar com a divisão por bairros, para verificar a disponibilidade entre os locais que possuem mais áreas verdes; terceiro – índice de áreas verdes por habitante/por bairro, salientou que foram ressaltados os bairros mais críticos; quarto – índice de árvores/mil habitantes/bairro, fez comentários acerca de alguns bairros e lembrou que o bairro do Campo Grande está carente de arborização viária, bem como os Morros; quinto – porcentagem de áreas verdes por bairro, considerou que os bairros da zona da orla possuem mais áreas verdes, até em função dos jardins da praia; por último – índice de área permeável por habitante/metro quadrado. Citou algumas funções associadas à presença de áreas verdes ( aspectos sociais, estéticos, psicológicos e ecológicos) tais como: apoio recreacional físico e psicológico, para diferentes faixas etárias da população; melhoria de qualidade da água (retenção da poluição e diminuição do impacto da chuva); contribuição da limpeza do ar; redução dos efeitos de ilhas de calor melhoram o microclima. Finalizou mostrando as propostas que foram levadas ao CMDU, sendo algumas delas: criação de indicadores que estabeleçam uma relação entre área construída e áreas verdes; estudos de viabilidade de implantação de áreas verdes na Zona Intermediária; elaboração do inventário das espécies arbóreas; incentivar e subsidiar estudos do microclima urbano na área insular; estimular através de critérios de urbanização, áreas de preservação ambiental no caso de áreas de Mata Atlântica, criando incentivos fiscais; criar campanhas de estímulo do uso e frequência dos usuários nas

áreas verdes e nos jardins, por causa da falta de segurança, e investimentos em manutenção e qualidade destes espaços, implantar plano de diretrizes, metas e ações. Deixou como reflexão a seguinte frase: “ O crescimento urbano cria uma situação contraditória com relação aos espaços livres: enquanto a demanda por estes serviços cresce, a oferta diminui”. Despediu-se agradecendo a oportunidade de apresentar o trabalho da Universidade. A seguir, o Presidente comentou que há tempos vem falando nas Brases Digitais dos Municípios, que estão servindo para diversos trabalhos e que considera de extrema relevância sua criação, e abriu a palavra para perguntas do plenário. Neste momento, o Secretário de Meio Ambiente Flávio Rodrigues Correa, disse que oportunamente gostaria reunir-se com a Univesidade para discutir este Diagnóstico, e teceu algumas considerações a respeito da demanda dos bairros, enfatizando que talvez a massa verde de arborização das vias, acaba atendendo as premissas elencadas, ou seja, doze metros quadrados por habitante, porém, discutível. Lembrou que o governo determinou que cada município com mais de duzentos mil habitantes, cumpra essa Lei Estadual e quanto aos quize metros quadrados/habitantes, disse que talvez dentro deste índice esteja sendo considerado o espaço privado. Disse também, que os índices são importantes para o município e por essa razão, pretende abordá-los numa reunião conjunta. A palestrante também teceu algumas considerações, ressaltando que é necessário que os bairros sejam vistos de outra forma e que infelizmente carecem de áreas de lazer. Em seguida o conselheiro Dalve, do Comeb, opinou que acha necessário haver integração dos setores para resolver esse problema, e citou que como integrante do Rotary, aproveitou a oportunidade para informar que estarão doando cinco mil árvores para serem plantadas no município. A conselheira Regina Chirico, da Ong SOS PRAIAS, manifestou-se dizendo que a população quer arborização mas falta planejamento e manutenção em alguns lugares. Retomando a palavra o Presidente propôs enviar à Câmara Técnica as contribuições dos conselheiros a respeito do assunto, que posteriormente encaminhará à Semam para avaliação das propostas apresentadas. Esclareceu o Secretário de Meio Ambiente que, hoje, as árvores que estão sendo plantadas obedecem critérios, são espécies que não crescem, florescem e estão adequadas para o lugar específico. Disse também que as substituições das árvores são lentas e vem sendo feitas de acordo com a necessidade, e quanto às compensações ambientais também estão ocorrendo porém, de responsabilidade das empresas como é o caso da Codesp. Lembrou o Chefe do Departamento de Áreas Verdes, Eng<sup>o</sup> João Cyrilo, que mesmo não sendo prevista por Lei, a Semam vem trabalhando com as compensações ambientais principalmente nos empreendimentos imobiliários, cujos proprietários têm demonstrado preocupação e interesse em colaborar com o meio ambiente. A seguir, a Eng<sup>a</sup>. Alexandra novamente agradeceu a excelente oportunidade, dizendo que acha esta questão polêmica mas a Universidade tinha por objetivo discutir o assunto e observou que poderão avançar juntos, colocou-se à disposição da Semam para colaborar no que for necessário. No terceiro item da pauta, a Secretária informou não ter recebido nenhuma correspondência. No quarto item, o Presidente informou sobre a realização da Quarta Conferência da Cidade e abriu a palavra aos conselheiros que não se manifestaram. Nada mais havendo a ser tratado a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim Margareth Santiago Ferreira, e pelo Presidente Reynaldo Eduardo Young Ribeiro..

**REYNALDO EDUARDO YOUNG RIBEIRO**

Presidente

**MARGARETH SANTIAGO FERREIRA**

Secretária